

Aconteceu

RACISMO NO TRIBUNAL

O advogado José Carlos Castro vai denunciar ao Tribunal Federal de Recursos (TFR), por prática de racismo, o juiz Iran Velasco Nascimento, da 3ª Vara de Justiça Federal, em Belém. Ele não permitiu que o cacique Kaiapó Kube-I depusesse usando trajes típicos de sua tribo. (Pág. 15 e última página)



O cacique Kube-I, que foi acusado de crime político por protestar pela construção de uma hidrelétrica no Xingu e não pôde depor por causa de seus trajes.

**Veja as principais
mudanças na lei para
os trabalhadores
(Pág. 5,6 e 7)**

**D. Luciano vai ao Papa
defender Casaldáliga e
debater a Igreja no Brasil
(Pág. 11)**

Gorbachev critica fazendas do estado e propõe reforma agrária

O dirigente soviético, Mikhail Gorbachev, criticou a improdutividade das fazendas estatais e coletivas e propôs o arrendamento das terras para camponeses e famílias. O discurso ocorreu na sessão de inauguração da Comissão de Agricultura do Comitê Central (órgão executivo do Partido Comunista), dia 12. Mas o seu conteúdo só foi revelado, na íntegra, dia 13 pela agência "Tass".

Gorbachev também se reuniu com uma delegação de camponeses da Estônia, a república soviética em que as reformas no campo estão em uma etapa mais avançada. Disse que vai fornecer incentivos às cooperativas (empresas de capital misto) que já existem e prometeu a criação de leis aumentando para 50 anos

o prazo de concessão das terras arrendadas. "Precisamos agir com rapidez. A questão do abastecimento é fundamental para o sucesso da 'perestroika', afirmou o secretário-geral.

Além da proposta de reforma agrária, a surpresa da reunião foi a ausência de Yegor Ligatchev, exatamente o chefe da Comissão da Agricultura.

Ligatchev é tido como um dos principais opositores políticos de Gorbachev e era até o começo deste mês o segundo homem mais importante do PCUS. Com a mudança na cúpula do partido, arquitetada por Gorbachev, ele foi destituído de suas funções como ideólogo e deslocado para a agricultura. (Folha de S. Paulo - 14/10/88)

Mandela nega ter negociado com Botha

O líder negro sul-africano Nelson Mandela manifestou dia 15 insatisfação ao saber que o Presidente Pieter Botha tem divulgado que ele está cooperando com as autoridades brancas no processo para sua libertação da prisão. A reação de Mandela foi divulgada à imprensa por sua mulher, Winnie, que o visitou no hospital em que ele se recupera de uma tuberculose.

Uma fonte do Governo sul-africano que não quis se identificar se recusou a confirmar os boatos de que a libertação de Mandela, condenado à prisão perpétua desde a década de 60, seria anunciada no mês que vem, mas afirmou que as autoridades do regime segregacionista de minoria branca claramente já não o querem na prisão.

- Uma das vantagens da libertação de Mandela seria a de tirar muita gente dos nos-



Winnie Mandela desmente o Governo

sois calcanhares. Não podemos lidar com tal forma de propaganda negativa - comentou o membro do Governo. (O Globo - 16/10/88)

Aconteceu
No. 476 - outubro 1988
CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 963
Telefone: 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior
Marcus Vinícius Grod Borges
Neide Esterci
Sérgio Ali
Vera Maria Massagão Ribeiro
Nico Teixeira
Coordenador:
Jether Pereira Ramalho

Editor
Nico Teixeira
Editora assistente
Ligia Dutra
Secretaria
Eliane Lobato
Composição
Katia Simões
Dalva Celeste
Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Distribuição
Ricardo Justo
Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Manifesto da oposição quer saída de Pinochet

Os 16 partidos da oposição chilena que formaram o "Comando pelo Não" divulgaram um comunicado pedindo a renúncia do general Augusto Pinochet da Presidência da República para "facilitar a reconciliação nacional e a restauração da democracia". Eles insistiram no propósito de iniciar um diálogo com as Forças Armadas para alcançar um consenso que permita reformar a Constituição de 1980.

"Pinochet é o obstáculo para o diálogo e o acordo entre os chilenos", diz o manifesto, que também define os pontos que a oposição quer reformular na Constituição. Esses pontos são, basicamente, a antecipação das eleições presidenciais de dezembro de 1989, a eleição de todos os integrantes do futuro Congresso por via direta, o fim da proibição de organização de partidos marxistas, a redefinição do futuro Conselho de Segurança Nacional (que mantém a tutela dos militares sobre o governo) e o fim dos processos políticos.

O jornal opositorista "La Epoca" afir-

mou dia 14 que "a pressão por um diálogo com a oposição cresceu no seio do governo" e sugeriu que o atual gabinete ministerial não durará mais que dez dias. O jornal revelou que um dia depois do plebiscito, Pinochet chamou Sergio Diez, ex-embaixador do Chile na ONU, para organizar o novo gabinete, mas este recusou porque não teve sinal verde para negociar com a oposição.

Um indício do crescimento dessas pressões no interior do governo foi a declaração feita pelo brigadeiro Fernando Mathei, comandante da Força Aérea, em que ele afirmou que está disposto a negociar com a oposição. Além disso, setores políticos que apoiaram o "sim", como o "Renovação Nacional", partido de direita presidido pelo ex-ministro Sergio Onofre Jarpa, começaram a se distanciar do governo. Um de seus vice-presidentes, Andres Allamend, acusou o secretário de governo, Orlando Poblete, de ter "falsificado" resultados de várias pesquisas que davam a vitória ao "não". (FSP - 15/10/88)

Grupo guerrilheiro anuncia fim da trégua

A Frente Patriótica Manuel Rodrigues (FPMR, braço armado do Partido Comunista chileno, ilegal) anunciou o fim da trégua declarada e disse que lançará em todo o país uma "guerra patriótica contra o governo do general Augusto Pinochet". Em entrevista divulgada dia 16 pelo jornal conservador "El Mercurio", o porta-voz da FPMR, Victor Diaz Caro, afirmou que novos atentados aconteceriam "em questão de horas".

"O único triunfo do 'não' que aceitamos é que Pinochet saia do governo", disse Diaz Caro, entrevistado na penitenciária de Santiago, onde responde a processo - junto com outros guerrilheiros - pelo atentado contra Pinochet realizado em setembro de 1986. Neste atentado morreram cinco membros da segurança do presidente.

Pelo menos dez pessoas ficaram feridas dia 16 quando desconhecidos atiraram bombas de gás lacrimogêneo no interior de um ginásio de esportes próximo a Talcahuano (a 500 km norte de Santiago). Cerca de 1.000 pessoas estavam no local no momento da explosão, participando de uma festa em comemoração à vitória do "não" organizada pela Federação

de Estudantes da Universidade de Concepcion.

O presidente da Federação da Produção e Comércio do Chile, Manuel Feliu, pediu em entrevista ao jornal "El Mercurio" a renúncia do ministro do Interior Sérgio Fernandez, que foi o chefe da campanha de Pinochet no plebiscito no último dia 5. "Os responsáveis por um fracasso devem assumir as responsabilidades por seus atos", disse Feliu atribuindo a Fernandez a derrota de Pinochet.

O dirigente do Partido Renovação Nacional (pró-governo), Renato Gazmuri, insistiu dia 16, na renúncia de Fernandez edisse que a candidatura do general Pinochet às eleições presidenciais em 1989 "é fruto da ressaca da bebedeira pós-plebiscito do senhor Fernandez e companhia".

O líder democrata-cristão chileno Patricio Aylwin, disse que aceitaria ser o candidato à Presidência pela oposição se chegar à conclusão de que seu nome produz consenso entre os grupos opositoristas. Aylwin foi elogiado por opositoristas - entre eles o líder socialista Ricardo Lagos - por sua atuação na articulação do "Comando pelo Não". (Folha S. Paulo - 17/10/88)

BB pára por tempo indeterminado

O Banco do Brasil entrou em greve por tempo indeterminado à zero hora do dia 18. Na capital do Rio de Janeiro são 11.000 funcionários parados. na capital de São Paulo, 2.000. Além desses aderiram os bancários de Brasília, Espírito Santo, interior do Estado do Rio, Belo Horizonte e Juiz de Fora.

A paralisação, que em Brasília foi aclamada por unanimidade - e estaria ocorrendo com o propósito de derrubar o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, como pediu o sindicato dos bancários local - poderá se estender por todo país, a partir dos resultados de assembleias realizadas em cada estado.

Aclamação

Na assembleia do município do Rio de Janeiro, em que compareceram cerca de 1.500

funcionários do BB, a votação da greve teve apenas uma abstenção e três votos contra. A paralisação foi deflagrada depois que chegaram à assembleia informes dando conta da adesão por funcionários do BB de São Paulo, Brasília e Belo Horizonte.

O movimento foi decretado como forma de pressionar a direção do Banco e o governo para uma negociação e também de forçar o TST (Tribunal Superior do Trabalho) a julgar a questão da equiparação dos funcionários do Banco do Brasil com os do Banco Central. Eles reivindicam o pagamento imediato da diferença de 40% para o Banco Central, mais 15% de produtividade e a reposição de 26,06% de perdas salariais em decorrência dos prejuízos provocados pela inflação durante o chamado Plano Bresser. (JB - 18/10/88)

Servidores decidem continuar em greve

Reunidos em Assembleia no Club Municipal, cerca de cinco mil servidores municipais do Rio de Janeiro decidiram dia 13 manter a greve iniciada em 21 de setembro. Também por decisão da assembleia, o comando de greve convocará entidades da sociedade civil para discutir formas de pressão sobre os Governos federal, estadual e municipal, que inclui a ida de representantes da categoria à Brasília.

A categoria decidiu ainda discutir na próxima assembleia - que será realizada no dia 20, às 10h, no Maracanzinho - um "abraço" ao prédio do Centro Administrativo São Sebastião do Rio de Janeiro, na Cidade Nova, e o acampamento de servidores no Palácio da Cidade, sede da Prefeitura, em Botafogo. Os servidores municipais repudiaram ainda a deci-

são do Prefeito Saturnino Braga de extinguir alguns órgãos da administração municipal, com a Comissão Municipal de Energia (CME), cujos funcionários farão uma vigília de 24 horas, em protesto.

Em contrapartida às eleições do Prefeito, os servidores propuseram a suspensão de contratos por tempo determinado, sem concurso público, além do pagamento de encargos especiais, locomoções e outras vantagens concedidas a alguns funcionários municipais. A assembleia também aprovou a suspensão do pagamento do Prefeito, presidentes de autarquias e ocupantes de cargos em comissão, além do fim dos ressarcimentos (salários pagos a outros órgãos cujos funcionários estejam empregados à Prefeitura). (O Globo - 14/10/88)

Ministro considera grevistas "otários"

O ministro da Saúde, Borges da Silveira, classificou o movimento grevista dos seus funcionários, iniciado no dia 14, de "instrumento de otário". Os funcionários da área de saúde reivindicam reposição salarial de 120%, participação na elaboração dos planos de cargos e salários e no processo de passagem dos órgãos do Ministério para o sistema único diferenciado estabelecido pela Constituição, além da readmissão de dois funcionários que teriam sido demitidos por motivos políticos.

Borges da Silveira respondeu que demitirá sumariamente pessoas com cargos de confiança que aderirem à greve e cortará o ponto dos funcionários. O ministro alega não poder conceder o pedido salarial porque houve veto do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Das reivindicações, o ministro garantiu poder atender apenas a de participação dos funcionários na mudança para o sistema único diferenciado de saúde. (Folha de S. Paulo - 15/10/88)

CUT faz manual de direitos trabalhistas

Promulgada a Constituição, o movimento sindical estuda agora as formas que utilizará para fazer cumprir os direitos trabalhistas conquistados e evitar que os princípios estabelecidos não sejam interpretados, regulamentados ou alterados de forma a frustrar o que se esperava de sua validade prática. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) já tem pronto um estudo preliminar chamado "Manual de Defesa dos Direitos Constitucionais dos Trabalhadores", para orientar a atuação de dirigentes e militantes sindicais e assegurar a eficácia dos dispositivos que poderão ser exigidos imediatamente, bem como apontar os que dependerão de lei complementar ou ordinária.

Elaborado pelos assessores jurídicos da entidade de forma didática, para que os dirigentes sindicais possam acompanhar a "batalha da interpretação sobre o texto constitucional", o documento quer também evitar falsas expectativas entre os trabalhadores, além de alertá-los sobre eventuais manobras patronais.

Na interpretação dos assessores jurídicos da CUT, o texto aprovado inviabiliza a estabilidade no emprego ao apontar a possibilidade de transformá-lo em indenização (os 40% que deverão ser pagos sobre os depósitos do FGTS, nas rescisões de contratos de trabalho sem justa causa).

Quanto ao salário-mínimo fixado em lei, capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e sua família, o estudo conclui que não basta um projeto de lei para resolver a questão e levanta o problema de operacionalização da norma. A questão deve ser resolvida, segundo avaliação da CUT, com a criação de um organismo competente, com a participação dos trabalhadores, para aquilatar varia-

ções dos preços e demais índices que determinam o cálculo do salário mínimo.

Jornada de Trabalho

Sobre a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias, nos turnos ininterruptos de revezamento, o documento aponta que qualquer tentativa de operacionalização destinada a simular a realização do trabalho nos moldes da proteção legal, como fixação de turnos, por exemplo, constitui alteração unilateral do contrato de trabalho, vedada pelo artigo 468 da CLT, em vigor. O estudo afirma ainda que, mesmo em caso de concordância pelo empregado, desde que comprovado prejuízo ao mesmo, a alteração também é nula de pleno direito.

Jornada de seis horas é, na valiação do Delegado regional do Trabalho de São Paulo, Argeu Quintanilha, a questão que trará maiores problemas para os 733 fiscais da DRT no Estado, orientados para priorizar suas visitas nas empresas que trabalham, com turnos ininterruptos de revezamento (com dupla visita).

O Presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e Diretor de Relações Internacionais da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Antônio Rogério Magri, que tem cerca de seis mil trabalhadoras no sistema de turnos ininterruptos de revezamento, já fez um acordo com Furnas, Eletropaulo e Cesp para o pagamento de duas horas-extras desde a promulgação da Constituição, até que essas empresas recrutem e treinem os trabalhadores que integrarão uma nova turma. Essa operação, no entanto, exigirá cerca de três mil novas contratações. (O Globo - 16/10/88)

Dinheiro a mais na volta das férias

O trabalhador que estava de férias na data da promulgação da Constituição tem direito ao pagamento de um terço a mais sobre o valor das férias? Essa é uma das dúvidas que chegaram à Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho sobre a aplicação dos novos direitos dos trabalhadores. E a resposta do Secretário Plínio Sartí é sim.

Mesmo que o trabalhador tenha voltado das férias um dia após a promulgação, te-

rá direito ao pagamento dessas férias com o acréscimo de um terço sobre o salário normal, explicou o Secretário. Não importa, nesse caso, o período de aquisição das férias, na interpretação do Ministério, mas o período de gozo efetivo. O empregado deve, então, reivindicar junto à empresa o pagamento da diferença das férias, caso tenha recebido o valor correspondente a um salário antecipadamente.

(O Globo - 16/10/88)

Sindicatos querem assegurar conquistas

A nova realidade trabalhista inscrita na Constituição Federal promulgada em 5 de outubro está levando os sindicatos de trabalhadores a traçarem estratégias para garantir a aplicação dos direitos conquistados na Carta. Os departamentos jurídicos dos sindicatos do Rio de Janeiro já estão preparando um verdadeiro batalhão de ações judiciais, mandados de injunção e mandados coletivos de segurança, que pretendem despejar no Judiciário imediatamente, para fazer valer, não só os artigos auto-aplicáveis, como os que requerem lei complementar.

O Judiciário, entretanto, não será a única via usada pelos trabalhadores. Os bancários, por exemplo, vêm com reservas esse caminho e preferem adotar como estratégia uma ação junto ao Congresso para garantir a concretização das conquistas na legislação complementar. A principal luta dos trabalhadores

agora é para implantação imediata da jornada de trabalho de seis horas para turnos contínuos. Ação neste sentido será encaminhada na Justiça do Trabalho, pelos petroleiros do Rio, exigindo que a Petrobrás cumpra de imediato o turno de seis horas.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, segundo o seu Presidente, Washington Costa, pretende esgotar todos os recursos que tiver para impetrar mandado de injunção exigindo o cumprimento dos artigos interpretados como não aplicáveis, como a licença-maternidade e o direito de greve. A meta é garantir, em legislação complementar, a manutenção dos princípios implícitos nos artigos que os trabalhadores conseguiram aprovar na Constituinte. Segundo o sindicalista, além da ação junto ao judiciário, os metalúrgicos também vão pressionar as empresas para que cumpram os novos direitos. (O Globo - 16/10/88)

O que muda para o empregado doméstico

A Constituição ampliou significativamente os direitos dos empregados domésticos. Na legislação antiga, esses empregados tinham assegurados apenas o direito de férias e de participar da Previdência Social. Agora têm garantidos salário-mínimo, irredutibilidade do salário, 13º. salário, repouso semanal remunerado, aviso-prévio, férias, licença-gestante de 120 dias, licença-paternidade e aposentadoria.

Todos esses direitos já estão em vigor com exceção da licença-gestante que depende de lei

complementar.

Em relação aos demais direitos, não há discussão. O empregado doméstico demitido sem justa causa recebe aviso-prévio e férias proporcionais. Não pode receber salário inferior ao Piso Nacional de Salários e terá direito a um dia de folga por semana, preferencialmente aos domingos. Seu salário não pode ser reduzido sob qualquer argumento. (O Globo - 16/10/88)

Divergência sobre licença paternidade

A única divergência entre o Ministério do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho sobre quais os direitos dos trabalhadores que já estão em vigor é quanto à licença-paternidade, assegurada pela Constituição ao pai, após o nascimento do filho. O Presidente do Tribunal, Marcelo Pimentel, acha que a licença depende de lei complementar, pois não há definição na Carta de quem custeará o benefício. O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério, Plínio Sarti, considera a licença já em vigor baseando sua interpretação nas Disposições Transitórias da Constituição.

O parágrafo 1º do artigo 10º das Disposições Transitórias estabelece que, até que a lei

venha a disciplinar a licença-paternidade, o prazo desse benefício é de cinco dias. Isso significa que a licença já está em vigor, na interpretação do Secretário, que ressalta ainda a estabilidade a que os pais terão direito no período da licença-paternidade.

Plínio Sarti reconhece que há dúvida sobre quem pagará esse benefício, mas assegura que o empregado já tem direito aos cinco dias de licença e não poderá ter descontado esses dias do seu salário. Caberá à empresa, num segundo momento, reivindicar da Previdência Social a cobertura desse benefício, considera. (O Globo - 16/10/88)

Vantagens estão asseguradas a quem foi demitido depois de 5 de setembro

O empregado demitido alguns dias antes da promulgação da Constituição, que recebeu em dinheiro o aviso-prévio, tem garantidos os novos direitos assegurados ao trabalhador, como a indenização de 40% sobre o FGTS? Se esse empregado foi demitido até 30 dias antes de 5 de outubro, isto é, depois de 5 de setembro, a sua rescisão de contrato deverá incluir todos esses direitos, entende o Ministério do Trabalho.

Mesmo que o aviso prévio não tenha sido trabalhado, mas pago em dinheiro ao empregado, a data da rescisão do contrato deve cor-

responder a 30 dias após o anúncio da dispensa, explicou o secretário de Relações do Trabalho, Plínio Sarti. Por isso, contados esses 30 dias, se atingir a data de promulgação da carta o empregado terá direito à indenização, férias com mais de um terço, horas extras com mais 50%, entre outros direitos.

Nesse caso também estão incluídos os empregados que recebem por semana, pois a Constituição assegura para todos aviso-prévio de, no mínimo, 30 dias. No mínimo, porque as convenções coletivas podem estabelecer um aviso prévio maior, esclarece Plínio Sarti.

Direitos trabalhistas já em vigor

1- Indenização de 40% sobre o saldo do FGTS, no caso de demissão sem justa causa

2- Pagamento de férias com acréscimo de um terço sobre o salário normal

3- Pagamento de horas extras com acréscimo de, no mínimo 50% sobre a hora normal

4- Jornada de trabalho de, no máximo, 44 horas semanais

5- Jornada de seis horas para o trabalho em turno ininterrupto de revezamento, salvo negociação coletiva

6- Prazo de cinco anos para prescrição dos direitos do trabalhador urbano, que deve reclamar os direitos até dois anos após a rescisão do contrato

7- Prazo de até dois anos para o trabalhador rural reclamar qualquer direito

8- Estabilidade para trabalhadora gestante, desde o anúncio da gravidez até cinco meses após o parto

9- Proibição do trabalho para menor de 14 anos

10- Estabilidade de dirigente sindical ou diretor de comissão interna de prevenção de acidentes

11- Eleição de representante sindical nas empresas com mais de 200 empregados

12- Direito irrestrito de greve, exceto nas atividades essenciais e para funcionários públicos

13- Garantia de salário mínimo, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias anuais, aviso prévio de 30 dias e aposentadoria para os empregados domésticos

Dependem de lei complementar

1- Indenização contra demissão imotivada

2- Seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário

3- Licença de 120 dias para gestante

4- Assistência gratuita aos filhos e dependentes até seis anos em creches e pré-escolas

5- Proteção ao trabalhador em caso de automação

6- Limitação à greve em atividades es-

senciais e no serviço público

7- FGTS a empregados não optantes

8- Salário Mínimo

9- Pisos salariais

10- Participação nos lucros das empresas

11- Proteção no mercado de trabalho para a mulher

12- Aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço

Acontecendo

Motim - 1

A disputa eleitoral na capital paulista rachou a diretoria do maior sindicato da América Latina, dos metalúrgicos de São Paulo.

O presidente Luiz Antônio Medeiros deve gravar uma mensagem explicitando seu voto no candidato do PMDB à Prefeitura, e assim desautoriza os diretores que ofereceram apoio a Paulo Maluf (PDS) dia 12, numa reunião secreta.

Motim - 2

Reuniram-se com Maluf os diretores Paulo Pereira da Silva, 2(GR) secretário; Bernardino Testa, representante junto à Federação dos Metalúrgicos, e Maria Raimunda Nunes Pereira, suplente da Executiva. (Painel FSP - 14/10/88)

Sinuca

Dia 13, 24 horas depois da malufada no sindicato, Medeiros ainda não sabia o que fazer com seus pares que se renderam aos "encantos" do candidato do PDS. (Painel FSP - 14/10/88)

Expurgo

O candidato a prefeito Airton Soares (PDT) pediu na Executiva do partido a expulsão do candidato a vereador Tércio Ventura, que articulou o apoio dos sindicalistas a Maluf.

De carona, vão outros dois que também "malufaram": Wanderlei Machado e Alice Santini. (Painel FSP - 14/10/88)

À moda antiga

O chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, disse que o governo anda acompanhando a greve do funcionalismo público com os olhos da antiga Constituição brasileira, já que a atual ainda não foi regulamentada.

Ou seja: escreveu não leu, o pau comeu. (Informe JB - 16/10/88)

Abusado

Perouse Cardoso, irmão do governador mineiro Newton Cardoso, é diretor de distri-

buição da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). É também o executivo público do estado que mais usa aviões em viagens particulares, pagas pelos cofres públicos. Ele confirmou dia 13 essa condição, diante de uma CPI da Assembléia Legislativa.

- Usei e vou usar os aviões da Cemig para resolver meus negócios toda vez que achar necessário, para não perder tempo - desafiou Perouse. (Canal 3 - Est. S. Paulo - 15/10/88)

Inocência

O deputado Inocêncio de Oliveira, vice-líder do PFL na Câmara, não entende por que a imagem do governo do presidente José Sarney é tão negativa.

- Ninguém mostra as coisas boas, não sei por que - reclama. E lamenta - Só se fala de inflação, de inflação...

Desde julho, a inflação não cai dos 20%. Só inocência não viu. (Canal 3 - Est. S. Paulo - 15/10/88)

Melhor não

O presidente José Sarney convidou o empresário Antônio Ermírio de Moraes a integrar a comitiva que viajou à União Soviética.

A resposta chegou ao Planalto via telex: "Agradeço o honroso convite. Mas a situação econômica do Brasil está tão conturbada que prefiro ficar no país". (Canal 3 - Est. S. Paulo - 15/10/88)

Baixa qualidade

O vinho Côte du Luberon, lançado dia 14 na localidade francesa de Mirabeu, perto de Marselha, com o selo da República brasileira e a fotografia do presidente José Sarney, na presença do homenageado, foi considerado "de qualidade inferior" por enólogo local. (Informe JB - 17/10/88)

Mais que semântica

Do presidente da OAB, Márcio Thomas Bastos, comentando as trombadas cada vez mais frequentes do governo com o novo texto constitucional:

"É preciso fazer uma leitura democrática da Constituição. mas algumas pessoas insistem

em oferecer interpretação conservadora para esse texto". (Painel FSP - 17/10/88)

Bruxos na linha

Em seu retorno da União Soviética, Sarney e comitiva desembarcarão em Lisboa no momento em que a cidade estará abrigando o Primeiro Congresso Mundial de Parapsicologia.G

Eis uma boa ocasião para que os passageiros do Boeing presidencial consultem duas centenas de reputados bruxos e videntes. (Painel FSP - 17/10/88)

Primeira tentativa

Orientados pelo PT, representantes de 9 mil famílias sem teto, na zona sul de São Paulo, entrarão com mandato de injunção para que se respeite o direito de moradia, garantido pelo novo texto constitucional. (Painel FSP - 17/10/88)

O cordão...

Oreste Quércia e Newton Cardoso discutiam animadamente, dia 13 à noite na casa de Ulysses, se sairia de São Paulo ou de Minas o maior número de votos para o anfitrião, na sucessão de Sarney.

Quércia propôs, então, que ambos apostassem uma garrafa de uísque. Com Ulysses ouvindo a conversa, Cardoso retrucou: "Eu aposto eo meu jornal contra o teu". (Painel FSP - 17/10/88)

Xou do Xarney

Na mesma hora em que o presidente José Sarney decolava para Paris e Moscou, desembarcava em Brasília a modelo Xuxa.

A atriz global foi recebida por público muito mais numeroso do que o que foi ao bota-fora do presidente.

Prestígio é prestígio. (Informe JB - 15/10/88)

Vice

O ministro Roberto Cardoso Alves cobrou do prefeito Jânio Quadros uma definição: ele

será ou não candidato a presidente da República em 89?

Resposta de Jânio:

- Robertão, quero que você descubra quais são as atribuições do vice-presidente pela nova Constituição.

O ministro entendeu. Agora quer saber quem será o cabeça da chapa. (Canal 3 - O Est. S. Paulo - 16/10/88)

Literatura

O ex-ministro do Planejamento Aníbal Teixeira, candidato a prefeito de Belo Horizonte pelo PMB, já pode candidatar-se também à Academia Brasileira de Letras.

Está pronto, aguardando o lançamento festivo, sua primeira obra literária. Traz na capa fac-símile de documentos, com o carimbo "secreto" e uma serpente rastejando por cima. Título: "Calúnia".

Consta que é escrito na primeira pessoa. (Canal 3 - O Est. S. Paulo - 16/10/88)

Insolúvel

O caso do roubo dos disquetes de computadores da extinta Empresa Brasileira de Notícias (EBN) vai aos poucos se transformando em mais um dos muitos mistérios do governo José Sarney.

Nem mesmo a Polícia Federal conseguiu identificar o larápio que em junho, dias antes do fim da EBN, surrupiou dos escritórios da empresa toda sua memória contábil.

Como a EBN não tinha mordomo - só mordomia - o caso é insolúvel. (Canal 3 - O Est. S. Paulo - 16/10/88)

Tem cobra

O candidato do PTB à prefeitura de São Paulo, Marco Antonio Mastrobuono, está preocupado com o baixo astral dos eleitores, sobretudo os da periferia, onde vem colecionando sinais sistemáticos de apatia ou mesmo da franca hostilidade à política.

- Quando o galinheiro fica muito quieto, é sinal de que tem cobra - compara Mastrobuono, recorrendo a um ditado aprendido com sua avó. (Canal 3 - O Est. S. Paulo - 16/10/88)

Pároco é candidato com apoio de comunistas

O candidato à prefeitura de Caxias do Sul pela frente popular, que reúne o PT, PCB, PC do B e PSB, padre Roque Grazziotin, de 42 anos, vai dedicar os últimos 30 dias que antecedem as eleições municipais à tarefa de convencer o eleitorado católico do município, predominante de descendentes de italianos, de que seus companheiros comunistas são confiáveis. Na periferia, onde atua há 15 anos na Paróquia dos Santos Apóstolos, coordenando 12 comunidades, sua popularidade não foi desgastada pela companhia dos marxistas. Já o eleitorado da classe média precisa ser convencido de que "os comunistas não são comedores de crianças nem agentes do diabo", como diz o seu companheiro de chapa, José Ramos, do PSB.

Os partidos de esquerda escolheram o padre Roque pelo seu trabalho popular junto às associações de bairros, movimentos sindicais, comunidades eclesiais e pastoral operária, nas quais exerce liderança por seu fôlego em defesa dos objetivos da Diocese de Caxias do Sul, que dá prioridade à "A organização das comunidades e o apoio às entidades e lutas do povo". "Como não vejo incompati-

bilidade entre as doutrinas do cristianismo e marxismo na luta diária pela melhoria das condições sócio-econômicas da população carente, aceitei ser candidato, mesmo contrariando boa parte do clero", justifica o padre Roque.

Recente pesquisa feita pela empresa Perfil, em conjunto com o jornal local O Pioneiro, realizada em dois bairros periféricos de população operária aponta o padre Roque como o preferido, com 36,4%, das intenções de voto, seguido de Mansueto Serafim Filho, da Ação Democrática, com 18,5%, e Germano Rigotto, do PMDB, com 16%. "Com os quatro partidos da Frente Popular tiveram nas últimas eleições 32 mil votos, tudo indica que podemos chegar a 50 mil votos, o suficiente para assumir a prefeitura de Caxias do Sul", afirma, confiante, o padre Roque, que aposta no eleitor da periferia. Pela última pesquisa do Ibope, realizada entre os dias 8 e 11, num universo de 400 eleitores de todo o município, a disputa eleitoral está equilibrada entre Mansueto, 15%, e Rigotto, 14%, deixando o padre Roque em terceiro lugar com apenas 5% da preferência. (O Estado de S. Paulo - 15/10/88)

Padre desafia arcebispo e mantém candidatura

Três dias após ser punido pelo arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso, por envolver-se em atividade político-partidária, ficando impedido de celebrar missas e fazer casamentos e batizados, o padre Luís Carlos Marques de Souza candidato do PT à Prefeitura do município de Camaragibe - Região metropolitana do Recife -, desafiou dia 16 a cúpula da Igreja católica e manteve sua candidatura. Para ele, a decisão de dom José Cardoso, comunicada em nota oficial no boletim Arquidiocesano, mostra que o arcebispo "está representando no Nordeste as forças conservadoras que impedem a caminhada libertadora."

Na opinião do padre Luís Carlos Marques, a alegação de que sua candidatura fere o direito canônico, utilizada por dom Cardoso para justificar a punição, não procede: "Em momento nenhum o Código Canônico fala que se deva afastar de suas funções os sacerdotes que participem de campanha política." Para ele, o afastamento deve apenas se dar quando for hora de assumir o cargo, já depois de eleito: "É o que farei, se vencer o pleito."

Luís Carlos Marques de Souza é o único padre candidato a cargo eletivo em Pernambuco e, desde que teve sua candidatura lançada, com apoio dos movimentos de base e das pastorais, já estava na mira da Arquidiocese. O PT, no entanto, não tinha conhecimento das advertências. Dia 16, dom José Cardoso negou-se a comentar a manutenção da candidatura, limitando-se a dizer que já havia esclarecido tudo no Boletim da Arquidiocese.

"Temos que aceitar que a igreja está dividida entre os que querem avançar e os que querem o fechamento. Hoje, alguns setores da Igreja se opõem a determinados partidos que lutam pela conscientização do povo, o que, para mim, é uma contradição", desferiu o padre Luís Carlos. Apesar de estar há um ano afastado do sacerdócio, exercendo a função de educador na escola São Francisco de Paula, em Camaragibe, o padre garante que, mais tarde, pretende voltar às atividades religiosas. Ele diz que aceitou a candidatura "em função do movimento histórico, quando o povo já não acredita nos políticos e há uma tendência muito grande de votos nulos na próxima eleição." (JB - 17/10/88)

Dom Luciano debate com o Papa punição de D. Pedro Casaldáliga

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, viajou dia 14 para Roma com uma missão que lhe foi delegada pelos bispos que integram a presidência da entidade e a comissão episcopal de pastoral: discutir com o papa João Paulo II e os bispos da Cúria Romana a advertência do Vaticano recebida há cerca de três semanas pelo bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga.

Embora alguns bispos discordem da gravidade atribuída à advertência dirigida a Casaldáliga, a assessoria jurídica da CNBB, depois de analisar o documento, concluiu que a medida abre um "precedente gravíssimo" na igreja Católica e fere a colegialidade representada pela entidade.

A viagem do presidente da CNBB a Roma estava programada antes dos incidentes entre os bispos de São Félix do Araguaia e a Cúria Romana. Dom Luciano participará de uma reunião preparatória para o próximo sínodo dos bispos, mas decidiu também tratar de alguns problemas que preocupam a entidade: além do caso Casaldáliga, a CNBB está reagindo contra um documento de consultas da Santa Sé, Status Teológico das Conferências Episcopais, capaz de diminuir a autonomia da entidade.

Os problemas do bispo de São Félix do Araguaia foram discutidos em Brasília durante a reunião do conselho permanente da entidade, no final de setembro. Seus integrantes concordaram com a necessidade de dom Luciano conversar com o papa e cardeais na Cúria sobre os principais pontos de

tensão entre a chamada ala progressista da Igreja Católica do Brasil e o Vaticano.

Debate político

Na carta de advertência, os prefeitos da Sagrada Congregação para os Bispos, Bernardin Ganton, e da Congregação para a Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger, sugeriam que dom Casaldáliga cumprisse algumas orientações, entre as quais não visitar a Nicarágua sem a concordância dos bispos locais. Os cardeais queriam que o bispo assinasse o documento, mas ele se recusou, pois, a seu ver, seria o mesmo que amordaçar-se.

Esta é a mesma conclusão a que chegou a assessoria jurídica da CNBB. Embora a advertência não tenha o mesmo sentido de silêncio obsequioso imposto pelo Vaticano ao frei Leonardo Boff - afirma uma fonte da CNBB - Casaldáliga ficaria privado de sua liberdade de pregação como bispo. Por estas razões, comenta-se na CNBB que dom Luciano "não vai ao papa para colocar panos quentes na situação", mas aproveitar a ocasião para discutir abertamente as atitudes da Santa Sé.

Dia 14, em Belém, dom Luciano afirmou ter havido distorções no noticiário da imprensa sobre o relacionamento de dom Casaldáliga com o Vaticano e acrescentou que gostaria de uma retificação. Segundo ele, não há punição em relação ao bispo, "que sempre foi fiel à Igreja". (O Estado de S. Paulo - 15/10/88)

Igreja na Paraíba condena UDR

O arcebispo da Paraíba, dom José Maria Pires, disse na TV Cabo Branco, que os candidatos que são apoiados pela UDR (União Democrática Ruralista) "não merecem o voto do eleitor porque estão contra os interesses do povo". A UDR promoveu no fim de semana seu segundo leilão para financiar, pelo menos, 20 candidatos a prefeito e 15 a vereador, em vários municípios do Estado. Em João Pessoa, a UDR, segundo o presidente estadual, Roderico Borges, poderá apoiar o candidato do PFL, Wilson Braga (que lidera as pesquisas), embora integrantes da entidade manifestem preferência pelo empresário João da Mata (PDC), que está em segundo lugar.

O arcebispo chegou a desafiar a UDR a se definir por um candidato na capital, alegando que só

assim o eleitor saberá quem está contra ele. Apesar de considerar "legítimo" o direito da organização de apoiar candidatos, dom José advertiu que ele não está "a serviço do povo". O arcebispo confessou que é cético em relação à importância das próximas eleições municipais e ao perfil dos candidatos que se apresentam (em João Pessoa, sete deles disputam a prefeitura). Mas apelou ao eleitor para que evite o derrotismo e faça, pelo menos, "escolhas conscientes".

A igreja na Paraíba participa da campanha distribuindo cartilhas com mandamentos de orientação ao eleitor, nas quais afirma, entre outros pontos, que trabalhador não deve votar em empresário. (JB - 17/10/88)

No DF, caos é lição de todo dia

Todas as 456 unidades educacionais do Distrito Federal necessitam, em caráter emergencial, de um trabalho de manutenção que possibilite o razoável funcionamento da rede no próximo ano letivo. Esse parecer, entregue dia 11 ao governador Joaquim Roriz, é o principal ponto do estudo elaborado por um grupo de especialistas - criado dia 3 passado - com o intuito de definir diretrizes para o setor. As escolas públicas da cidade encontram-se em precária situação, o que pode viabilizar a sequência normal do aprendizado oficial em 1989.

Os educadores identificaram, ainda, um congestionamento no sistema de matrículas, em virtude da estagnação dos progra-

mas de expansão da rede física. No relatório, os estudiosos ressaltaram a gravidade do déficit de vagas no ensino, fato que seria corrigido com a construção de 343 novas salas de aula. O custo do projeto, que seria executado em 100 dias, está orçado em 893 OTNs - cerca de CZ\$ 2 bilhões 560 milhões.

O orçamento de 89 definido para o setor educacional, em uma primeira avaliação não cobrirá nem mesmo os gastos com o pagamento de pessoal. Com os cortes determinados pela "Operação Desmonte" do Governo Federal, esse aspecto do estudo corre o risco de ser esquecido por completo na estratégia adotada. (Correio Brasiliense - 12/10/88)

Professores voltam ao trabalho sem repor as aulas perdidas

A greve do funcionalismo público de Santa Catarina perdeu praticamente toda a sua força, a partir da decisão do magistério - cerca de 40 por cento do total de funcionários - de retornar ao trabalho, depois de dois dias de paralisação. Somente 8 mil dos 80 mil servidores ainda mantêm a greve, incluindo aí o pessoal do Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas. O Secre-

tário da Administração do Estado, Antônio Grilo, considerou sensata a decisão do magistério. Ele disse que a proposta do Governo foi entendida e aceita pela maioria dos servidores. O Governo propôs uma incorporação de 230 por cento sobre os vencimentos de setembro e reajuste diferenciados que variam entre 19 a 80 por cento. (Correio Brasiliense - 13/10/88)

Aulas recomeçam em Santa Catarina

Os professores de 1º e 2º graus da rede estadual de ensino decidiram em assembléia, que não vão repor as aulas perdidas no período de greve - 23 de setembro até dia 13 -, segundo Marcos Silva, 28, membro da diretoria da Apeoesp (Associação dos professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Segundo a Secretaria Estadual da Educação, a reposição já foi determinada no dia 4 de outubro por uma resolução do secretário da Educação, Chopin Tavares de Lima. Os alunos estão tendo aula normalmente desde o dia 13.

A decisão de não recuperar

as aulas perdidas deve-se, segundo Silva, ao procedimento da Secretaria da Educação em relação à greve dos professores de fevereiro deste ano. Silva diz que a reposição de aulas só foi paga em agosto com valores referentes ao salário de fevereiro e março. Além disso, ele afirma que a secretaria não cumpriu a promessa de "limpar o prontuário dos professores", retirando o registro das faltas do tempo de greve.

A queda de participação dos docentes na paralisação fez com que eles suspendessem o movimento, diz Silva. (FSP - 14/10/88)

Hugo Napoleão contesta distribuição de verbas

O ministro da Educação, Hugo Napoleão, disse dia 7, em Brasília, "estar perplexo" em razão da entrada em vigor da nova Constituição, cujo artigo 60 das Disposições Transitórias estipula que pelo menos 50% do total de recursos do Ministério da Educação (MEC) devem ser aplicados na eliminação do analfabetismo e ensino básico (1º grau). A declaração foi motivada pelo fato de as instituições de ensino superior consumirem, atualmente, 80,3% dos recursos do MEC "Não sei de que lugar vou tirar esse dinheiro para atender a Constituição", disse Napoleão.

Ao ser lembrado de que o conteúdo do artigo 60 das Disposições Transitórias já era de conhecimento público há vários meses, o que o deixava sem motivos para o seu estado de perplexidade, o ministro justificou-se dizendo que esperava a revogação desse dispositivo constitucional no 2º turno de votação do Congresso constituinte. "Como esse artigo não é auto-aplicável, vou consultar o Supremo Tribunal Federal para saber quais decisões tomar", disse Napoleão. (Folha de São Paulo - 08/10/88)

Ensino nota cinco

Preso a uma programação aprovada para sua Pasta este ano, e que não pode modificar, o secretário de Educação do Espírito Santo, José Eugênio Vieira, admite que o setor não vai bem. Numa escala de zero a dez, dá nota cinco à qualidade do ensino na rede pública estadual, admitindo que ainda há muito a fazer. E promete que com a ajuda da Campanha Vale do Rio Doce e uma verba de CZ\$ 156 bilhões, para 1989, a educação irá "deslanchar". José Eugênio vai priorizar a melhoria da rede física (prédios) e garante reduzir a evasão escolar e diminuir o índice de reprovação nas escolas. (Correio Brasiliense - 11/10/88)

Santa Catarina tem 70 mil bóias frias

Há 15 anos praticamente não havia bóias-frias em Santa Catarina, um estado marcado pela estrutura agrária minifundiária. Hoje, quase 70 mil trabalhadores volantes estão espalhados pelo território catarinense, trocando de região de acordo com a época de colheita dos produtores. Os dados são da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina (Fetaesc), que a cada cinco anos faz um levantamento do perfil da população rural. “Caminhamos para o fundo do poço”, previu Norberto Kortmann, presidente da entidade. “Com este quadro, foi criado um ‘exército’ de 227 mil sem-terra, até o final de 87, que perambulam entre as cidades (só a Florianópolis chegaram sete famílias diariamente) e o agricultor que tem terras está empobrecendo rapidamente devido aos custos da produção”, acrescentou.

O ex-presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra e bispo de Chapecó (a 80 quilômetros de Florianópolis), Dom José Gomes, considera que o processo de reforma agrária brasileira perde até para o ocorrido no Império Romano, no início do milênio. “Após as guerras, os nobres e comandantes militares confiscavam as terras. O povo acabou se revoltando e a reforma executada”, lembra ele. “A Constituinte foi bombardeada para que não se fizesse a reforma agrária, e o resultado foi que o novo texto não contempla o latifúndio por extensão nem por exploração”, avaliou. “Temos a maior concentração de terras do mundo, e o que foi aprovado pelos constituintes vai

contra o bom senso e a humanidade”

Degradação ambiental

As expectativas são reduzidas. Além de problemas sociais, o presidente da Fetaesc alerta para a degradação ambiental das áreas utilizadas para a reforma agrária. “O governo só paga a terra, e então o proprietário aproveita para tirar toda a mata nativa. Deste jeito, em breve teremos um grande deserto no oeste catarinense. O Código Florestal é desrespeitado justamente quando se fala tanto em preservação”. Mas o bispo de Chapecó se confessa preocupado com o que deve ocorrer nos próximos anos. “As multidões estão aí para confirmar a situação. Só em Chapecó existem duas mil famílias de sem-terra, para uma população de 80 mil habitantes. Nesta situação de miséria e aflição, as pessoas podem cometer desastros, cuja culpa é da estrutura social vigente”.

A Fetaesc organizou há duas semanas um encontro da juventude rural catarinense, com 400 participantes, e constatou que “ainda há muita vocação para a agricultura, misturada com um sentimento de angústia, pela falta de expectativas”, disse Kortmann. “Nunca dependemos de leis para levar nossos movimentos. Houve ocupações durante a elaboração da Constituição e elas continuarão ocorrendo. Nosso movimento se baseia na legitimidade e nada é tão legítimo quanto o direito à terra”, justificou Dal Chiavon. (JB - 16/10/88)

Mirad prevê conflito mais grave em 1989

“A pressão dos sem-terra crescerá enormemente em 89, que promete ser um ano de muitos conflitos, com o agravamento da situação social do campo”, prevê o delegado do Mirad em Santa Catarina, Jacó Anderle, que reponsabiliza o novo texto constitucional por este quadro. “A questão da reforma agrária é o ponto mais atrasado da nova Constituição. Os constituintes optaram por apoiar os latifundiários”, avalia o delegado, no cargo desde abril de 87.

As maiores críticas do delegado do Mirad são em relação ao conceito de ‘área em produ-

ção’. “Estou me perguntando até agora o que é isso. Se tiver um boi em cima ou uma erva-teira nativa, acaba passando por área em produção”.

Desde outubro de 87, quando o Decreto 2363 extinguiu o Incra, Anderle diz que não conseguiu mais nenhuma desapropriação em Santa Catarina. “Brasília devolve os processos pois nos cadastros do Mirad as terras constam como áreas produtivas”. Para Anderle, “houve um grande retrocesso, mesmo em relação ao Estatuto da Terra de 64, planejado pelos militares”. (JB - 16/10/88)

Desmatamento e invasões em Rondônia

Quando as primeiras chuvas dissiparam a fumaça das queimadas há três semanas, o cacique Uarina, dos Uru-eu-uau uau, pôde ver nitidamente que o fogo havia devastado os limites de sua reserva. Mas isso não significou nada, comparado ao que se viu no resto do estado de Rondônia: 23% de sua área - o equivalente a 37 vezes o município de São Paulo - está reduzido a restos calcinados e troncos enegrecidos.

Há pouco mais de uma década - em meados dos anos 70 - a floresta tropical úmida, recobria 99,05% de Rondônia. Por essa época, estavam recém-chegando os colonos do sul, atraídos pelo governo. Em nome da segurança nacional - ditava o governo militar -, era preciso ocupar os vazios demográficos.

Os colonos faziam maciças queimadas, para conquistar seu direito à terra (queimada era medida de produtividade), quando começaram os primeiros contatos com os Uru eu uau uau. Era 1980; apenas 3% de Rondônia estava desmatado. Cinco anos depois, em 1985, quando José Sarney assinou a demarcação da reserva de Uarina e sua gente, uma espécie de corrida ao pasto estava acontecendo no estado.

Os grandes proprietários, que haviam comprado em leilões do governo, nos anos 70, grandes áreas para criação de gado e plantação de cacau, estavam agitados com o Plano Nacional de Reforma Agrária. Muitas dessas áreas tinham sido deixadas como reserva de valor, mas agora anunciava-se a desapropriação da terra improdutiva. A pressa em queimar grandes áreas, para semear capim até de avião, não poupou do fogo nem mesmo madeiras nobres.

Invasão

Pouco depois, o Plano Regional de Reforma Agrária de Rondônia resultou na invasão de terras destinadas àquele fim, e outras de particulares. Às vésperas das eleições de 1986, políticos mandavam o eleitorado

invadir. "Eles diziam: "Pode invadir que depois nós damos um jeito de regularizar", conta-se em Porto Velho. Assim, cerca de 800 mil hectares foram rapidamente ocupados por 10.265 famílias, que se ajeitaram em lotes dos mais variados tamanhos. E começaram a fazer queimadas.

"Isso tudo resultou no maior índice de desmatamento registrado no estado", afirma um funcionário do governo. Só em 1985, revelam dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, foram destruídos 10,6% da floresta em Rondônia.

Proteção externa

O cacique Uarina e seu povo ainda não sabem falar português. Vivem no centro de um estado de 243 mil quilômetros quadrados, que chegará ao fim do ano com cerca de 58 mil quilômetros quadrados nus. Rondônia perdeu mais de 24% de floresta. Em 1984, a rodovia que corta Rondônia de sul a norte - a BR-364, Cuiabá-Porto Velho - foi asfaltada. O Banco Mundial (Bird), que financiou a obra dentro de um projeto chamado Pólo Noroeste, fez uma exigência: os índios da região deveriam ser protegidos do impacto da estrada. O governo brasileiro criou reservas indígenas, que hoje somam 17. "Mas todas elas e algumas reservas biológicas estão invadidas", explica o técnico do governo. E, onde há invasão, há queimada.

Pode-se dizer que as queimadas que atingiram os limites da reserva dos Uru-eu-uau-uau começaram a 435 quilômetros, em Porto Velho, a capital. Pois descendo pela BR-364 viaja-se por um cenário interminável de áreas devastadas pelo fogo. As terras das margens da rodovia não estão mais com os pequenos colonos: as 18 mil famílias pioneiras que chegaram na década passada e foram assentadas em uma faixa de seis quilômetros de cada lado da estrada. Hoje são as grandes fazendas, com grandes queimadas.

(O ESP - 11/10/88)

Advogado recorre ao TFR por Kaiapó

O advogado José Carlos Castro, dos caciques Kube-I e Paiakã e do antropólogo norte-americano Darrel Posey, processados pela Justiça Federal sob a alegação de denegrir a imagem do país no exterior, disse dia 15 que vai recorrer ao Tribunal Federal de Recursos (TFR). Ele vai questionar o enquadramento de seus clientes no Estatuto do Estrangeiro, procedimento que o juiz federal da 3ª Vara, Iran Velasco Nascimento, 44 anos, considera correto, porque Cubei e Paiakã seriam "co-autores de um crime praticado pelo cientista

norte-americano".

Castro disse, também, que vai reiterar, esta semana, seu pedido para que Kube-I seja ouvido em audiência, pela Justiça Federal de Altamira, no Xingu. Porém o juiz já deu por encerrada a fase de audiência e só pretende ouvir o cacique se isso se fizer necessário no processo. Neste caso, Kube-I terá que viajar a Belém e se apresentar à Justiça Federal em trajes "civilizados", isto é, calça e camisa, como exige o juiz.

(JB - 16/10/8)

O cantor Sting, durante sua apresentação no show da Anistia Internacional, em São Paulo, no dia 12 de outubro, chamou "um grande amigo" para subir ao palco: o cacique Raoni. Nesse momento falou em português, da nova Constituição brasileira, e que espera da parte do governo brasileiro, o respeito aos direitos dos povos indígenas. Raoni pintou no rosto de Sting uma máscara preta ao redor dos olhos. Dançaram, juntos durante a execução de "They Dance Alone", música escolhida pelo cantor, como símbolo da turnê do show pelos direitos humanos.



Ministro nega militarização da Amazônia

O ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denys, negou que o projeto Calha Norte tenha como objetivo a militarização na Amazônia. A afirmação do ministro foi feita em Trombetas, no Pará, onde ele acompanhou o encontro dos presidentes do Brasil, José Sarney e da Venezuela, Jayme Lusinschi.

Depois de informar que o presidente Sarney presenteou Lusinschi com um livro sobre o projeto Calha Norte, o general Denys disse que "o documento, foi elaborado como um livro branco, para explicar a origem e os trabalhos iniciais que nos levaram a realizar o projeto Calha Norte. Ele contém todas as informações sobre o projeto e também o que vem sendo realizado atualmente".

Segundo o ministro, o livro procura ser

synético, mas o suficiente para prestar as informações necessárias, sobre as críticas de militarização na área. Esclareceu que a presença militar na Amazônia é quase insignificante através desse projeto, "porque na realidade, numa extensão enorme, como toda a faixa Norte do rio Solimões e do Amazonas, nós estamos aumentando o efetivo militar em apenas 450 homens, distribuídos ao longo da linha de fronteira e em 10 pequenos núcleos". Então - finalizou o ministro - isto é praticamente insignificante como militarização, mas tem muita significado como estabelecimento de bases logísticas para levar a presença do governo em todas essas regiões dando assistência às populações indígenas, às populações da região, com hospitais, educação e demarcação de áreas indígenas. (Diário do Grande ABC - 11/10/88)

Índios brasileiros, cidadãos estrangeiros

Os índios nascidos no Brasil são brasileiros ou não?

Parece que a Polícia Federal tem dúvidas. Os caciques Kube-I-Kaiapó e Paulinho Paiakã, da tribo Kaiapó, estão sendo processados por interferência em assuntos internos do País, de acordo com o estatuto dos estrangeiros. Se a acusação for confirmada, eles devem cumprir pena de um a três anos de reclusão e ainda correm o risco de serem expulsos do Brasil.

Essa absurda sucessão de ingruências veio à tona em janeiro deste ano. Os organizadores do Simpósio Internacional de Manejo Adequado de Florestas Tropicais, que se realizou na Flórida, pediram para o biotecnologista norte-americano Darrel Posey, que há 12 anos estuda as tribos da Amazônia, indicar nomes de especialistas brasileiros para participarem do encontro.

Paulinho Paiakã e Kube-I-Kaiapó, os indicados, impressionaram os participantes do encontro. Explicaram aos especialistas como os índios tiravam proveito da floresta amazônica sem prejudicá-la. Ressaltaram a importância que viam no trabalho de preservação do meio ambiente. Mas denunciaram a falta de preocupação por parte do governo brasileiro. Deram um bom exemplo disso: o pro-

jeto de hidrelétricas do Xingu, que segundo eles, inundaria cerca de sete milhões de hectares forçando a retirada de 13 grupos indígenas, que habitam a região.

O relato dos índios brasileiros foi contundente e eles foram convidados a repeti-lo na sede do Banco Mundial, em Washington. O Bird financiaria o projeto, o maior do mundo.

Foram recebidos por quatro diretores do banco e representantes da Aliança de Direitos Humanos do Congresso Americano e da Secretaria do Tesouro Americano. A língua kaiapó foi traduzida pelo próprio Darrel Posey. Além das informações fornecidas no simpósio, ainda pediram aos banqueiros que não concedessem o financiamento antes que um estudo de impacto da obra sobre a floresta fosse feito.

Os americanos gostaram tanto que estenderam o tempo previsto para a reunião, fazendo esperar os brasileiros integrantes da missão dos Ministérios das Minas e Energia e do Interior, que tinham ido aos Estados Unidos exatamente para assinar o protocolo que resultaria na liberação dos US\$ 150 milhões iniciais do projeto. A missão brasileira voltou sem a verba, e em poucos dias, a Polícia Federal preparou um estudo para ver de que maneira Darrel Posey e os índios podiam

ser incriminados.

Posey, que trabalha no museu Emílio Goeldi do Pará, foi acusado de interferência em assuntos internos brasileiros por ter manipulado os índios. Estes, foram enquadrados na mesma acusação, por cumplicidade com o americano.

Na sexta-feira, 14, foi a vez do cacique Kube-I-Kaiapó apresentar-se para prestar depoimento. Ele não estava sozinho. Centenas de pessoas fizeram uma passeata no centro de Belém do Pará, onde corre o processo, para protestar contra o enquadramento dos índios brasileiros na lei dos estrangeiros. Mas o cacique não pôde depor. O juiz Iran Velasco do Nascimento recusou-se a ouvi-lo em trajes indígenas e acabou por dispensar seu depoimento.

O advogado encarregado do caso, José Carlos Castro, não aceitou a dispensa e pediu que Kube-I fosse ouvido na aldeia, onde poderia depor com seus trajes habituais. Até a semana que vem, Castro deverá entrar com pedido de habeas-corpus para que o processo seja trancado. "É um absurdo enquadrar um índio no estatuto do estrangeiro. Ele tem todo o direito de dizer o que pensa, como qualquer brasileiro, como assegura a Constituição", diz o advogado. (Isto É/Senhor - N.º. 996 - 19/10/88)